

# **Catadores e Catadoras de Materiais recicláveis na Coleta Seletiva da EMLURB (Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana da cidade do Recife): Os Dilemas da Organização e Constituição do Sujeito Coletivo.**

Grupo de Trabalho 15: Meio ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Fabriícia Gomes de Lucena  
Mestranda em Serviço Social/UFPE.  
Universidade Federal de Pernambuco  
fabriciagomes@gmail.com

Este trabalho é resultado de estudos finalizados para a elaboração e produção do Trabalho de Conclusão de Curso na graduação após prática de estágio em empresa relacionada às políticas de resíduos sólidos. Utilizou-se como metodologia a Análise de Discurso, através da entrevista aberta, assim como Análise Documental através da análise de relatórios e planos municipais de resíduos sólidos. Os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de reconhecimento do lugar dos catadores e catadoras na gestão integrada dos resíduos sólidos, bem como a necessidade de seu reconhecimento enquanto categoria do trabalho tanto pelo Estado quanto por todo o restante da sociedade civil. A pesquisa aponta ainda para a urgência de chamamento da população quanto à discussão da problemática do lixo urbano.

## **Resumo:**

O processo de reestruturação produtiva evidencia, além dos rebatimentos no mundo do trabalho, a chamada problemática ambiental, que na era da globalização torna-se assunto de discussão entre as grandes agendas políticas. O surgimento da cadeia da reciclagem como resultante do processo de enfrentamento do problema do lixo urbano, uma das expressões da problemática ambiental, evidencia questões que se estendem desde o circuito interno da produção até as formas de monopólio da comercialização, mantidas pelas grandes indústrias de recicláveis. Este trabalho objetiva analisar o estágio da organização dos catadores e catadoras do Programa “Coleta Seletiva” na cidade do Recife, bem como identificar as expectativas destes trabalhadores quanto à organização coletiva, no tocante à formação das cooperativas de materiais recicláveis.

**Palavras-chave:** questão ambiental, coleta seletiva, movimento dos catadores (a)s.

No decorrer do desenvolvimento das sociedades a necessidade do homem de dominar a natureza, exige um agir intencionalmente sobre os recursos naturais<sup>1</sup>, e através das condições dadas socialmente, inicia-se o processo de dominação e exploração. Com a intenção de acumular a produção, quebra-se a relação metabólica entre o homem e a natureza, como exposto por Marx em *O capital* (Foster, 2005, p. 201), ocasionando desta forma um afastando da condição de natureza.

---

<sup>1</sup> *Recurso* é tudo que o homem recorre da natureza para satisfazer suas necessidades. Neste sentido é componente do ambiente (relacionado com frequência à energia) utilizada como organismo e qualquer coisa obtida do ambiente vivo para preencher as necessidades e desejos humanos. Se os recursos naturais, após seu uso, voltarem a estar disponíveis, são renováveis; caso contrário, são não renováveis. DULLEY (2004, apud. SILVA 2010, p. 45). Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. Disponível em: [www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br).

A relação homem-natureza atualmente pode ser analisada considerando o prisma das relações capitalistas de produção, sobretudo, quando implementadas as técnicas nos processos produtivos, o que ocasiona fetichizantes fenômenos sociais nas relações de trabalho, com dito por Caseti (1991, p. 17),

[...] as transformações sofridas pela natureza, através do emprego das técnicas no processo produtivo, são um fenômeno social, representado pelo trabalho, e as relações de produção mudam conforme as leis, as quais implicam a formação econômico-social e, por conseguinte, as relações entre a sociedade e a natureza.

Ocorrem deste modo, transformações que modificam a percepção do homem em relação à natureza e nas relações sociais de produção. Tais transformações criam, sobretudo, processos de alienação (estratégias criadas no modo de produção capitalista na busca pela exploração e apropriação desigual dos recursos naturais e da força de trabalho), imbricados em posturas individualizadas nas ações humanas e no agir com a natureza, o que se apresenta com mais rigor no sociometabolismo do capital e sua lógica destrutiva (SILVA, 2010, p. 26).

Assim, se faz necessário atinar para uma leitura crítica acerca das consequências de que trazem as relações sociedade - natureza a partir do momento em que se implementam as forças produtivas<sup>2</sup> no mundo do trabalho.

No sistema capitalista, a natureza será, sobretudo, fornecedora de matéria-prima para a produção de bens e de fontes de energia. Isto é, constitui um modelo, através do qual as relações sociais de produção, têm como base a exploração e distribuição desigual dos recursos naturais, fundada em uma organização social, destinada a promover o desenvolvimento social e econômico de alguns grupos sociais e setores, em detrimento de outros.

Na contemporaneidade, a análise do modo de produção capitalista evidencia a chamada desindustrialização, usada nos termos de Yamamoto (2008) como resultante do fechamento de megaempresas que não conseguem concorrer com outras mediante abertura comercial. Confere-se a redução dos postos de trabalho, o desemprego a intensificação do trabalho dos que pertencem ao mercado, a ampliação das jornadas de trabalho, além disso, confere-se ainda, entre outros aspectos, a clandestinidade e a invisibilidade do trabalho.

Esse processo é evidenciado através da crise do capital, conhecida como reestruturação produtiva, onde há a tendência de que se criem novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho (tecnologia de base microeletrônica), informatização do trabalho, subcontratação, terceirização, enxugamentos da força de trabalho combinando-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho assim como a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais (ANTUNES, 2012, p. 47).

As sequelas da produção destrutiva do capital e suas consequências ocasionam alterações nas relações sociais de trabalho como fragmentação das relações de trabalho, trabalho informal, exploração nas relações de produção, e ainda a invisibilidade do trabalho às vistas da reestruturação produtiva na era da acumulação flexível, sobretudo nos últimos vinte anos. A lógica societal é voltada para a produção de descartáveis e da obsolescência programada das mercadorias.

Desse modo, seu aparelhamento gira em torno da economia de mercado onde a saída para a crise do sistema capitalista estaria na descartabilidade e reinvenção dos produtos pelas grandes indústrias para que estes voltem ao circuito do consumo. Aclara-se assim, a “questão ambiental” como resultante da acentuação das contradições do desenvolvimento das forças produtivas nas relações de

---

<sup>2</sup>De acordo com a origem marxista estas são constituídas pelos meios de produção - capitais, terras, matérias-primas, ferramentas e equipamentos pelos métodos e técnicas de utilização e pelos trabalhadores. Em articulação com as relações de produção, constituem o modo de produção, também designado por 'base' ou 'infraestrutura' da formação econômica e social. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$forcas-produtivas](http://www.infopedia.pt/$forcas-produtivas)>, acesso 02 abril 2013.

produção, a qual é tratada por Silva (2007, p. 67), como a incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo.

Nesta perspectiva o uso acentuado dos recursos naturais na sociedade capitalista vem revelando variados desequilíbrios ambientais, os quais se tornam importantes pontos de discussão nas agendas políticas internacionais e entre os crescentes movimentos sociais ambientalistas nas últimas décadas.

Leff (2002, p. 11) enfatiza a questão ambiental como uma problemática social que é provocada por um conjunto de processos sociais. Para o autor, a degradação socioambiental (perda de fertilidade dos solos, marginalização social, desnutrição, pobreza e miséria extrema) e a destruição ecológica são derivadas de “um modelo depredador de crescimento e que permitem maximizar os lucros econômicos em curto prazo [...]”.

A “questão ambiental” surge a partir da discussão sobre meio ambiente entre as agendas públicas das grandes nações a partir das décadas de 1970 e 1980 do século XX, justamente no processo de crise da reprodução do capital. Emerge acerca do aprofundamento da exploração do homem na natureza, sobretudo pelo consumo irracional dos recursos naturais, sob o signo do capital. A questão ambiental, segundo Silva (2007, p. 67), trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo.

Desse modo, a questão ambiental emerge como uma problemática social e ecológica<sup>3</sup> de alcance generalizado em nível mundial e que atinge a todos os âmbitos de organização social, o aparelhamento do Estado e todos os grupos e classes sociais. Nesta perspectiva o uso acentuado dos recursos naturais na sociedade capitalista industrial vem revelando variados desequilíbrios ambientais, os quais se tornam importantes pontos de discussão nas agendas políticas internacionais do Estado e dos crescentes movimentos sociais ambientalistas nas últimas décadas.

Às estratégias de produção e reprodução do capital está imbricada a imposição de certos tipos de comportamento entre os indivíduos como, por exemplo, a necessidade de consumir, onde o mercado é quem regula as relações. Desse modo, a tendência é produzir e consumir para reproduzir, ocasionando dessa forma não só em países de capitalismo periférico, mas em níveis globais, a cultura do individualismo e do consumismo.

Os movimentos sociais ambientalistas, munidos pela preocupação com a deteriorização ambiental pelo alto nível de consumo em massa, passam a lutar também por novas categorias do trabalho que se originam justamente pela ação nefasta do capital sobre a natureza e sobre as formas de organização social. Nos últimos vinte anos novas formas de organização acerca do trabalho, como a indústria da reciclagem, apresentam-se como resposta e saída à crescente descartabilidade e exploração de recursos naturais.

No processo de trabalho da indústria de recicláveis, a qual é lucrativa e se expande em níveis globais encontra-se o trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, atores primordiais neste processo de trabalho, os quais ficam posicionados no circuito inferior da produção. Estes são os possuidores das mercadorias que são vendidas à indústria de recicláveis, no entanto, o valor dos produtos não é determinado localmente e sim obedecendo às regras do mercado internacional.

Desse modo, os movimentos sociais e ambientalistas além da preocupação ecológica com o meio ambiente reconhecem a importância dessa nova categoria e a necessidade de organização em cooperativas de produção pelos catadores e catadoras, não só como imprescindível às políticas de

---

<sup>3</sup> As primeiras discussões quanto ao estudo da questão ambiental provem da ecologia. Para maior aprofundamento ver FOLADORI, Guilherme. O capitalismo e a crise ambiental. In: Revista Raízes, n. 19, ano XVIII. Campina grande: 1999. Disponível em: [www.ufcg.edu.br](http://www.ufcg.edu.br), acesso em: 03 de janeiro de 2013.

manejo com os resíduos sólidos, mas como novas formas de organização e valorização da classe trabalhadora. Entre estes movimentos, encontra-se o Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (1999), que luta pela regulação do mercado da reciclagem e pela valorização da categoria.

Atualmente o Brasil vem desenvolvendo um conjunto de ações, mobilizando diversos segmentos da sociedade, principalmente as empresas privadas tanto no que diz respeito à limpeza urbana, quanto através do incentivo às empresas recicladoras e à *educação ambiental*. Uma das opções para isso é a implementação dos programas de Coleta Seletiva pelos municípios, amparados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (2010),<sup>4</sup> pela Política Nacional de Meio Ambiente-PNMA (1981) e pela Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (1999).

De acordo com a PNRS (2010), em seu Art. 18, parágrafo II trata da implantação da coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda. O parágrafo XI trata do fomento aos Planos Municipais de Resíduos Sólidos, os quais devem propor programas e ações para participação dos grupos interessados em integrar a cadeia produtiva da reciclagem, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Na cidade do Recife, o gerenciamento e execução dos serviços de limpeza urbana são realizados pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana – EMLURB. Dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com regimento interno e estatuto social próprios, a EMLURB é vinculada à Secretaria de Serviços Públicos da Prefeitura da Cidade do Recife e integra a administração direta, tendo sido instituída em 26 de abril de 1979 pelo executivo municipal, com fundamento na Lei Municipal nº 13.535.

A atual configuração do programa Coleta Seletiva, implementado pela EMLURB, ocorre a partir da junção de três grandes ações: o programa Porta a Porta que se trata de coleta de materiais recicláveis em domicílios, realizada em 45 bairros do Recife em 24 setores de coleta semanais efetuados em dois turnos (diurno e noturno) durante 06 dias da semana (dia e noite/ segunda a sábado), através de uma empresa terceirizada, com 02 caminhões de modelo específico para coleta reciclável, através dos PEV – Pontos de Entrega Voluntária que são equipamentos com o intuito educativo. Existem 63 conjuntos distribuídos na cidade onde o cidadão deposita, voluntariamente, materiais recicláveis como o vidro, o papel, o metal e o plástico, e através da Coleta por Doação que é realizada com o intuito de estimular a participação junto ao programa de coleta seletiva à seleção dos materiais recicláveis, por empresas, órgãos públicos e privados (grandes geradores) que procuram a Gerencia para a coleta dos resíduos recicláveis onde todo material coletado é destinado aos Núcleos de triagem apoiados pela EMLURB.

Todo esse material após coletado é levado até a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos – ETR. Lá é feita a triagem dos resíduos sólidos coletados e a distribuição para os núcleos de materiais recicláveis e/ou cooperativas. Também lá são comercializados materiais quando os núcleos não comportam a quantidade de materiais recicláveis<sup>5</sup>. O valor arrecadado é usado para a compra de equipamentos para os núcleos e para incentivo às ações de educação ambiental.

Aqui serão apontados resultados deste estudo quanto à percepção dos catadores e catadoras quanto ao lugar do trabalho em suas realidades: para a totalidade dos catadores e catadoras de materiais

---

<sup>4</sup> A Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil em seu Capítulo I, Art. 2º define a coleta seletiva como o recolhimento diferenciado de resíduos sólidos previamente selecionados nas fontes geradoras, com o intuito de encaminhá-los para reciclagem, compostagem, reuso, tratamento e outras destinações alternativas, como aterros, coprocessamento e incineração. Disponível em <<http://aquarius.ime.eb.br>>. acesso: 03 abril 2012.

<sup>5</sup> A produção de lixo na cidade do Recife encontra-se estimada em um volume de 2.500 ton/dia. <sup>5</sup> Ressalte-se que não foi possível obter dados quanto à totalização do material produzido pelo Programa de coleta Seletiva na cidade do Recife.

recicláveis organizados em cooperativas, o trabalho é um elemento primordial para o sustento de suas vidas e de suas famílias. O catador tem a compreensão da importância de trabalhar para poder se manter vivo. Reafirma-se, assim, um suposto fundamental da sociedade mercantil, caracterizada pela radical separação entre o trabalhador e os meios de produção, de tal sorte que lhe restam, tão somente, as suas potencialidades físicas e mentais como fonte de sua reprodução, quando postas em movimento pelo trabalho.

Por outro lado, esta sociedade revela o lugar do trabalho na reprodução da vida como uma especificidade típica para a manutenção do próprio capital: todas as necessidades se tornam necessidades mercantis, com a objetividade que transforma valores e necessidades (fisiológicas, orgânicas, sociais) em objetos de lucro material. De acordo com Iamamoto (2008, p. 53),

O capital em seu movimento de valorização produz a sua invisibilidade *do trabalho e a banalização do humano*, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas.

Ou seja, as necessidades que são postas ou criadas para o trabalhador só podem ser satisfeitas através do trabalho oferecido para o capital, transfigurando-se, dado que na sociedade capitalista assume uma forma alienada e por vezes invisível, posto que mediado pela exploração.

Ao referir-se ao processo de trabalho no interior da cadeia de reciclagem, o catador ou catadora identifica contradições no processo de comercialização entre catadores e aparistas ou deposeiros. Aqui é necessário se fazer uma crítica acerca da permanência do lugar do deposeiro ou aparista no mercado privado e questionar qual seria o seu papel na cadeia da reciclagem, tendo em vista a sua invisibilidade na PNRS.

No processo de comercialização, o deposeiro pressiona para que a mercadoria saia mais barateada ao catador para obter maiores ganhos no repasse à indústria. Outro aspecto dessa mesma realidade diz respeito às relações entre o catador e o deposeiro, no que tocante à remuneração do trabalho na cooperativa: no núcleo a mercadoria é separada, triada, pesada e depois encaminhada aos caminhões dos aparistas pelos catadores. Nesse percurso o processo de trabalho do catador não é remunerado, recebendo este apenas pelo valor da mercadoria coletada, o que implica a existência de trabalho gratuito na cadeia da reciclagem.

Estes conflitos possuem fundamento ao se analisar os rebatimentos do processo de globalização do capital na cadeia da reciclagem. Segundo Legaspe (1996, p.124),

O circuito “superior” é representado pelas indústrias e por alguns grandes aparistas associados principalmente ao comércio exterior altamente difundido atualmente. Esta globalização já atingiu a tempo o mercado do lixo reciclado, e assim, os preços dos produtos não são formados mais localmente, na área produtora e recicladora. Desse modo, define-se o preço da mercadoria, não só pelo valor regional, mas sim, pelo valor pago no mercado internacional. Esta lógica econômica influencia o preço que será pago na ponta do circuito “inferior”, onde estão os catadores e os deposeiros.

É indispensável dessa forma, fazer a análise acerca da necessidade de que a ação institucional, ou seja, a ação da EMLURB deve acontecer no sentido de trazer os deposeiros ou aparistas aos núcleos para discutir uma ação articulada e saber quais são as dificuldades nesse

processo de trabalho entre as partes, visto que as políticas de resíduos sólidos não definem o papel do aparista na cadeia da reciclagem, o qual encontra-se desvinculado da produção/coleta dos materiais recicláveis – matéria-prima fundamental para a indústria – e, no entanto, detém parte significativa dos ganhos com a reciclagem<sup>6</sup>.

Em relação à formalização de cooperativas, os catadores e catadoras possuem ideias unânimes sobre a necessidade de se obter, neste tipo de trabalho, mais direitos trabalhistas como aposentaria, auxílio alimentação, assim como também desejam a busca por maiores rendimentos dentro das cooperativas com o aumento e a padronização dos preços das mercadorias.

Tais suposições chamam a atenção para a condição precarizada do trabalho na cadeia da reciclagem, numa combinação de recursos e inovações tecnológicos e exploração do trabalho. De acordo com Aguzzoli, Manfredini e Antunes (2007),

A globalização e a transição para a sociedade informacional e a economia global implicaram a deteriorização das condições de trabalho e de vida para alguns trabalhadores. Tal degradação apresenta-se de distintas formas em diferentes contextos. Dentre eles, observa-se o aumento do desemprego; a queda nos salários; a instabilidade no emprego; o aumento do subemprego e da desigualdade; a desvalorização da mão-de-obra urbana nos países em desenvolvimento e o aumento da marginalização da força produtiva rural em países subdesenvolvidos (p. 06).

Ainda neste sentido, soma-se a estes fatores o acirramento da concorrência e o impulso tecnológico como motivadores das novas tendências da flexibilidade do trabalho (CASTELLS 2002, apud. Aguzzoli, Manfredini e Antunes 2007 p. 06).

Tais discussões quando trazidas para a órbita da organização dos catadores e catadoras de matérias recicláveis da realidade estudada, revelam que a desvalorização da mão-de-obra urbana gera certa expectativa entre os catadores acerca da possibilidade de se conquistar direitos trabalhistas. Apesar de ser portador de uma trajetória de trabalho precarizado, desumano e aviltante, o catador tem como referência de melhoria para sua vida, o trabalho protegido, leia-se trabalho com vínculo formal.

Em relação à importância do papel das cooperativas de materiais recicláveis, a totalidade dos catadores e catadoras conclui que se trata de uma ação para ajudar na manutenção e preservação da cidade e do meio ambiente. Neste caso, a representação do catador quanto ao seu papel na cooperativa aparece como simples “agente ambiental”. Como colocado por Silva (2010, p. 130), do ponto de vista estritamente ecológico, sua representação configura um ícone das práticas “sustentáveis”, posto que contribui para a redução do volume total dos resíduos sólidos, ao mesmo tempo que ameniza os efeitos da poluição e economiza matérias primas e insumos.

O fato de assumir-se como “agente ambiental”, não implica que o catador identifique o seu papel e o lugar da cooperativa na cadeia da reciclagem como ferramenta de organização do trabalho dos catadores na gestão integrada dos resíduos sólidos, ficando a importância do trabalho dos catadores e catadoras obscurecida, apesar deste tipo de trabalho participar da produção da riqueza social, especificamente da indústria de recicláveis.

## **Considerações Finais**

Ao longo deste trabalho foi possível trazer questões que discutem a complexidade das relações estabelecidas entre os homens ao agirem na natureza. Viu-se que as condições dadas

---

<sup>6</sup> Anexaríamos aqui dados sobre os preços dos recicláveis nos núcleos, porém são dados inexistentes nos relatórios da empresa responsável pelo programa de coleta seletiva.

socialmente pelo desenvolvimento das relações sociais de produção, estabelecidas no sistema capitalista, culminam na quebra da relação sociometabólica entre os homens na natureza, sobretudo, a partir dos processos de alienação material.

Para tanto, verificou-se o processo contraditório que engendra a estruturação deste sistema tendo em vista a superação de suas crises, apresentada na atualidade com dimensões amplas e diversificadas, as quais afetam as diferentes formas de organização das sociedades através das relações em torno do trabalho. Uma destas dimensões está ligada à lógica que a sustenta, a busca desenfreada pelo superlucro, é a reorientação entre os países de desenvolvimento periférico para que as indústrias reinventem seus produtos, fazendo com que se torne efetivo o consumo em massa, intensificando, desse modo, a problemática ambiental.

Tal questão quando atrelada ao crescimento das inovações tecnológicas nos processos de produção - as quais afetam as relações de trabalho, acirrando a concorrência e a fragmentação entre os trabalhadores que tem somente a sua força de trabalho como meio de sobrevivência - têm como resultante o acirramento da pobreza em suas múltiplas dimensões.

É neste contexto, com o uso desenfreado dos recursos naturais que se coloca em questão a sustentabilidade ecológica do planeta, exploração e distribuição desigual tanto dos recursos naturais quanto da riqueza socialmente produzida.

Por esta razão, o debate dos movimentos sociais ambientalistas ou ecológicos tem relevante papel na organização de diferentes segmentos da sociedade na busca pela inserção da questão ambiental nas grandes agendas políticas. Parece clara a urgência de se discutir a problemática ambiental, porém, poderíamos aqui tratar da possibilidade de tentar compreender, de fato, quais as razões que a sustentam e além das diversas teses acerca de sua superação, evitando restringir o debate à verificação dos acordos sobre desenvolvimento sustentável, que atualmente aparentam atender quase que exclusivamente às expectativas do grande capital. É importante analisar teoricamente e trazer para a discussão entre a sociedade civil as diferentes interpretações que se dão à problemática ambiental e como estão sendo colocados em prática os acordos fechados nas Conferências entre as grandes nações.

A cadeia da reciclagem fica por dar conta da problemática do lixo urbano que atualmente, é controlada por grandes grupos econômicos e obedece às regras do mercado internacional. Por esse motivo, os catadores e catadoras de materiais recicláveis que participam da fase primordial da cadeia no fornecimento do trabalho materializado às indústrias de recicláveis, são prejudicados ao final do pagamento no circuito interno da cadeia produtiva. Estes trabalhadores ainda não possuem o seu trabalho reconhecido enquanto categoria e fazem parte dos “excluídos” do mercado de trabalho, assim como são partes das expressões da pobreza, resultante do superlucro do capital.

Historicamente, no Brasil, o trabalho com materiais recicláveis foi estereotipado e os catadores marginalizados pela sociedade ao realizarem a catação de materiais recicláveis pelas ruas das grandes cidades. Este tipo de trabalho é para os catadores um meio de sobrevivência e sustento da família, porém ao passo em que estes são os fornecedores do trabalho “materializado” às indústrias de recicláveis, a compra e venda de sua força de trabalho são encobertas na forma de compra e venda de mercadorias.

Nesse sentido, considera-se extremamente relevante a interpretação que se pode construir acerca da trama das relações que envolvem as condições de trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis. Geralmente, sobre condições sub-humanas e aviltantes estes trabalhadores são vitimados e explorados pela própria lógica que os mantém: a grande indústria dos recicláveis. Analisa-se também a relação da mediação do aparista dentro dos núcleos de triagem no processo de comercialização dos recicláveis. Neste caso, aparece com clareza a necessidade de se buscar maior transparência nas relações mercantis. É necessário instaurar o debate sobre a relação que se dá entre os catadores e o aparista ao se verificar o trabalho gratuito prestado pelos catadores quando estes encaminham todo o material separado, pesado e triado aos caminhões dos aparistas. É preciso mapear



também e comparar os valores recebidos pelos catadores e os valores recebidos pelo aparista, o qual o valor pago pela indústria de reciclados. Vale considerar devido que esta é uma questão não aparente nos relatórios do Programa de Coleta Seletiva da EMLURB ou nos debates acerca da política de resíduos sólidos do município.

A realidade acerca do trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis tem complexidades que precisam ser enxergadas, onde uma visão crítica na perspectiva dos direitos é fundamental. Apesar da precarização de que são vítimas no trabalho que desenvolvem, estes trabalhadores possuem expectativas sobre a questão dos direitos que podem lhes contemplar com a formalização da cooperativa.

Por outro lado, verifica-se uma pretensa dualidade: ao passo em que estes trabalhadores reconhecem a importância da organização enquanto cooperativa para a conquista de direitos, estes não compreendem a noção de Gestão Integrada do Programa de Coleta Seletiva da EMLURB. Desta feita, o que poderia ser um processo de melhoria na vida dos catadores, não havendo esclarecimentos, acaba por ser tornar alheio às suas perspectivas.

Deste modo, tomamos por suposto que se os catadores entendessem como se desenvolve o processo de trabalho na cadeia dos recicláveis em sua totalidade, estes de fato, compreenderiam a importância e a contribuição de seu trabalho nesse processo, enquanto participe da riqueza social produzida e não apareceria dissociada a ideia de “agente ambiental” da ideia de catador de materiais recicláveis como meio para a manutenção da vida.

## Referencias

AGUZZOLI, R. MANFRENDINI, V. ANTUNES, E. Flexibilização das relações de trabalho: até aonde o capitalismo irá nos levar. In: 4. Congresso do Instituto Franco-brasileiro de Administração de Empresas- IFBAE. Porto Alegre – RS-2007.

ANTUNES, R. In: A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. Revista Nueva Sociedad, 2012.

ASSUNÇÃO, E. de. A coleta seletiva dos resíduos sólidos domiciliares em Guarapuava-PR. TCC. UNICENTRO, 2006.

BARBOZA, A. S. MENDONÇA, C. D. SOUZA, M. C. S. Uma experiência de educação ambiental no programa de coleta seletiva da empresa de manutenção e limpeza urbana – EMLURB. TCC. Recife: serviço social. UFPE, 2006.

BELO, D. Degradação ambiental e escassez de recursos: análise comparada das mudanças sócio-ambientais ocorridas entre os pescadores dos municípios de são fidélis e são joão da barra após o acidente da CATAGUASES PAPEL. TCC. Campos de Goytacazes. UENF, 2009.

BORGES, B. o plano sócio-ambiental da EMLURB: a tentativa de uma ação conscientizadora ambiental. TCC. . Recife: serviço social. UFPE, 2002.

CIPRIANO, D. MACHADO, C. o estudo da natureza da/na cidade: algumas contribuições da história ambiental. In: Revista Eletrônica do Mestrado em Educ. Ambiental. ISSN 1517-1256. FURG. Rio Grande-RS: 2009.

COSTA, L. O cooperativismo: uma reflexão teórica. In: rev. Ciências sociais em perspectiva. (6) 11. 55-64. Economia- Unioeste, 2007.



- FRAGA, P. A teoria das necessidades nos manuscritos econômico-filosóficos de Marx. In: 4º Colóquio Marx-Engels do Cemarx – Unicamp. São Paulo-SP: 2005.
- FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GUERRA, Y. O serviço social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas. Artigo Revista Polêmica: com os olhos no futuro do serviço social. N. 3, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Belém-PA: 2001.
- \_\_\_\_\_. a instrumentalidade do serviço social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GONÇALVES, C. Os (des) caminhos do meio ambiente. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- IAMAMOTO, M. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. o serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- JACOBI, P. BESEN, G. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. Estud. av. vol.25 no.71, Scielo, São Paulo: 2011.
- LEFF, E. Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento. In: - \_\_\_\_\_. Epistemologia Ambiental. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2002. P. 109-157.
- LEGASPE, L. reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo: um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores. SBD-FFLCH-USP, São Paulo: 1996.
- MENEGUZZO, I. Desenvolvimento sustentável: desafios à sua implantação e a possibilidade de minimização dos problemas socioambientais. In: Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, FURG. Rio Grande-RS: 2009.
- MESZAROS, I. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MINAYO, M. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOTA, A. E. Entre a rua e a fábrica: reciclagem, trabalho precário. Revista temporalis, n 6, 2002.
- NETTO, J. BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, N. A problemática socioambiental do lixo urbano em Guarapuava-PR: construindo um projeto de trabalho na escola. Não consta ano de publicação. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>, acesso em: 30 de jan 2013.
- PEREIRA, C. CAVALCANTI, P. MIRANDA, A. et all. Políticas públicas ambientais no Brasil. In: Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social, São Luiz, 2008. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ABEPSS, 2008. P. 1-8.
- PONTES, R. N. Mediação e Serviço Social. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- RAFAEL, P. R. B. os catadores de lixo e a importância do seu trabalho para a cadeia produtiva da reciclagem. Uma análise crítica acerca de uma das alternativas ambientalistas utilizadas para o trato do lixo urbano. TCC. Recife: Serviço Social. UFPE, 2005.
- SILVA, C. GOBBI, B. SIMÃO, A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. In: revista V7, n. 01. UFLA, Minas Gerais. 2004.

SILVA, M. Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, K. SILVA, J. SOUZA, R. Educação ambiental e coleta seletiva: um estudo sobre as ações socioambientais na Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (EMLURB) e a intervenção do serviço social. TCC. Recife: serviço social. UFPE, 2009.

TRIVINÕS, A. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

VIEIRA, A. serviço social e meio ambiente: uma análise da formação profissional frente a questão sócio ambiental (Graduação em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. TCC, 2009.

**Sites visitados:**

Disponível em: [www.seer.furg.br/remea/article/download/.../1610](http://www.seer.furg.br/remea/article/download/.../1610). acesso em 02 de abril, 2013.

Disponível em: <http://www.wwf.org.br>. Acesso em 23 de abril, 2013.

Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br>. Acesso em 24 de abril, 2013.

Disponível em: <http://www.mncr.org.br>. Acesso em 17 de abril, 2012.

Disponível em: <http://www.remea.furg.br>. Acesso em 10 de dezembro, 2012.

Disponível em: [http://www.fiec.org.br/meioambiente/declaracao\\_cni.asp](http://www.fiec.org.br/meioambiente/declaracao_cni.asp). Acesso em: 04 de março, 2013.

Documentos analisados:

Agenda 21 brasileira: ações prioritárias. 2002. Disponível em:< [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>.

Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Versão preliminar para consulta pública. 2011. Disponível em: < [http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1529/PNRS\\_consultaspublicas.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1529/PNRS_consultaspublicas.pdf)>.

Relatório de Coleta Seletiva EMLURB 2012 (análise interna).